

# O presidente, a juíza e o pataxó

LUIZ GARCIA

**G**rande parte da opinião pública concorda com a opinião do presidente Fernando Henrique sobre a morte do índio pataxó Galdino dos Santos. Disse ele terça-feira, ao se iniciar o julgamento: "É inominável o que foi feito. Se foi crime doloso, não doloso, isso é detalhe. Quem fez isso... deve ir para a cadeia..."

Ninguém torceu o braço do presidente para forçá-lo a revelar o que lhe ia na alma. Foi em entrevista na televisão; ele falou porque quis. A opinião pode ser sincera. Provavelmente, é. Mas não dá para esquecer que externá-la naquele momento era politicamente conveniente.

Por menores que sejam os índices de popularidade do presidente em Brasília — quartel-general de um funcionalismo há anos em pé de guerra contra o Planalto — as palavras do chefe do governo e do Estado têm peso. Influenciam quem o admira, quem apenas o respeita, quem tem respeito cívico pela maior autoridade do país, seja

quem for. Fernando Henrique não ignora nada disso, e tem de saber que agiu de forma inqualificável — ou inominável, já que lhe agrada o termo. Suas palavras podem comprometer a isenção dos jurados, levando-os a condenar e também ser instrumento poderoso em recursos bem-sucedidos contra uma condenação.

Pouco importa se o presidente escorregou no improvisado ou se, de propósito, pegou carona na indignação popular. O motivo é problema seu. Mas não pode passar sem estar registrado o tamanho da sua — sejamos generosos — gafe de terça-feira. Muitos países seqüestram os jurados durante os julgamentos. Temos de começar a pensar nisso no Brasil, já que não parece viável guardar no armário o presidente da República durante todos os processos sensacionais.

Mas o início do julgamento teve

outra razão de pasmo. O que se deve pensar da forma quase carinhosa com que a juíza Sandra de Santis interrogou os quatro réus? Ela fez considerável número de perguntas sobre a infância dos acusados — época obviamente inocente de suas vidas — e emitiu alguns comentários extraordinários.

---

Ninguém torceu o  
braço do presidente  
para forçá-lo a  
revelar o que lhe  
ia na alma

---

Quando um dos réus disse em que colégio estudara, a juíza saiu de seus cuidados para dizer que se trata de um bom colégio. Bons colégios, como se sabe, costumam produzir jovens de boa formação. A defesa, pelo visto e ouvido, não precisava

se preocupar muito com as ensaiadas respostas de seus clientes: estava ocupada demais se extasiando com as perguntas gentis e o clima informal que negava densidade ao julgamento e salvava os réus do nervosismo e da pressão psicológica que muitas vezes produzem re-

velações involuntárias e danosas. Ao que parece, esse capítulo do ABC do interrogatório judicial dona Sandra não leu. Ou leu e esqueceu — o que é pena, já que dois dos rapazes são parentes de membros do Judiciário.

A juíza insistiu em presidir o julgamento, mesmo depois de instância superior ter derrubado a sua decisão de que o crime não era homicídio e sim o mais leve "lesões corporais seguidas de morte". Por isso, ela obviamente assumiu um implícito compromisso especial de isenção, íntima e aparente. Não precisava agredir verbalmente qualquer dos réus, mas também não estava entre suas atribuições fazê-los se sentirem em casa.

Ainda não se sabe de que forma e até que ponto essa combinação de peculiares comportamentos — do presidente e da juíza — influirá na decisão dos sete jurados. Mas tanto Fernando Henrique como Sandra de Santis podem se considerar indiciados na corte informal que reúne as cabeças sensatas do país.

LUIZ GARCIA é jornalista.

REPTIUTO

Documentação

SOCIOAMBIENT

Fonte: *Os Leões (Opinião)*

Data: *8/11/2001* pg. *7*

Class: *Arquivo de Notícias*

1995